

NA SESSÃO INAUGURAL DO I CONGRESSO DA DEMOCRACIA PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

João Bosco Mota Amaral

Minhas Senhoras e
Meus Senhores:

Em boa hora tomou a Associação 25 de Abril a iniciativa de promover este Congresso da Democracia, que se intitula como sendo o primeiro de uma série a realizar futuramente, com periodicidade ainda indeterminada.

Felicito a Associação 25 de Abril, na pessoa do seu presidente, senhor coronel Vasco Lourenço, por este seu cuidado em levar a sociedade portuguesa a reflectir sobre o ideal democrático em geral e sobre a nossa vivência democrática em particular.

É certo que estes temas são motivo permanente de reflexão e de debate entre nós, como é aliás próprio de uma comunidade de cidadãos e cidadãs livres e responsáveis.

Antes de mais no Parlamento e depois também nos outros órgãos representativos do poder democrático, bem como nas diversas instituições sociais, a começar pelos partidos políticos e ainda nos *media*, a controvérsia acerca da nossa democracia, da sua verdade, da sua qualidade, tem sido constante e é, em minha opinião, muito salutar.

Não convém nunca conformar-nos com o que temos e é preciso apontar, com exigência, sempre mais alto. A geral lei da inércia condena tudo a ir parando, a ir baixando... Quando se trata de democracia, ou, por outras palavras, de liberdade e de responsabilidade, as miras têm de ser mantidas sempre muito elevadas, corrigindo-se o rumo, com persistente esforço, quando tal for necessário.

A comemoração do 30º Aniversário da Revolução do 25 de Abril forneceu-nos oportunidade excelente para uma pausa de reflexão. Esta foi iniciada logo no começo do ano, com participação muito generalizada; e culmina agora no I Congresso da Democracia.

Ao meter ombros a tão importante empreendimento, a Associação 25 de Abril renova os históricos pergaminhos dos Capitães de Abril na restauração da liberdade e da democracia em Portugal. Disse restauração por respeito para com o pioneirismo dos arautos do regime liberal, nos começos do século XIX e dos revolucionários que implantaram a 1ª República, em 1910. Mas o que me apetece mesmo dizer é que o 25 de Abril procedeu a uma verdadeira refundação da democracia, dando-lhe, mediante o sufrágio universal, uma base de apoio popular como nunca tinha existido antes entre nós; e marcando-a, graças ao idealismo e à largueza de vistas dos Deputados Constituintes, com uma amplitude de objectivos, com um rasgo, com uma ambição, com uma ousadia, nos domínios político, económico, social e cultural, que nos colocou desde logo na linha da frente dos regimes democráticos avançados no mundo inteiro.

Merece especial louvor o empenho demonstrado pelos organizadores do Congresso em nele envolverem personalidades representativas das várias

correntes políticas existentes no nosso País e muitos cidadãos e cidadãs independentes. A democracia não tem dono: — é património de todo o Povo Português! Nela cabem todas as tendências, desde que de boa fé respeitem os princípios básicos da liberdade, da garantia dos direitos humanos, do primado da lei.

Com humildade democrática, sempre foi esta a atitude do núcleo duro dos heróicos Capitães de Abril; cabe-lhes o mérito de terem mesmo rejeitado firmemente a deriva autoritária que em certa altura do processo revolucionário tentou alguns, demonstrando assim alto civismo e sentido patriótico. Honra lhes seja, por isso!

Minhas Senhoras e

Meus Senhores:

Na sessão inaugural de um congresso com tantos e tão ilustres participantes é impossível antecipar os temas a tratar, muito menos, obviamente, as conclusões.

Tendo sido, porém, actor sempre em cena, com papéis variados e de variável ressonância, no palco da política portuguesa, desde os finais da década de sessenta do século passado — e esta confissão, denunciando a propecta idade, é sempre muito dura de fazer... — julgo que posso formular alguns modestos comentários pessoais sobre a temática geral do Congresso.

Trinta anos depois da Revolução do 25 de Abril, dá gosto comprovar que a democracia triunfou em Portugal; e sob o impulso daqui saído, superadas muitas dificuldades, está agora também vingando entre os povos ao tempo dominados pelo colonialismo luso, desde Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola até Moçambique e ao longínquo Timor-Leste. Esperamos que o mesmo venha a acontecer quanto antes na República da Guiné-Bissau.

Operada tão tardiamente, por teimosia anti-histórica dos responsáveis do regime deposto, a descolonização foi a possível... Constitui feito admirável a liquidação do contencioso colonial em período tão curto de tempo; e a consolidação, ao longo dele, de um clima de bom entendimento e fraterna amizade entre Portugal com os novos países de língua portuguesa.

O grande desígnio da lusofonia, que alcança a sua dimensão plena com o envolvimento do Brasil, reforça, pela solidariedade mútua, o poder nacional de cada um dos estados nele empenhados; é um contributo para a necessária organização do mundo globalizado em que vivemos; no caso particular do nosso País, reforça o seu contributo positivo para a dinâmica da União Europeia, abrindo vias de projecção dos seus ideais e dos seus interesses numa dimensão planetária.

Em vez de um império anacrónico, mantido pela força das armas até à exaustão dos recursos e das energias nacionais, Portugal tem hoje participação activa, pelo vigor da língua, da cultura, da empenhada cooperação, numa comunidade de povos livres e países independentes, espalhados pelas quatro partidas do globo terrestre.

E as nossas comunidades de emigrantes, surgidas ou reforçadas nos anos de chumbo da opressão e das guerras coloniais, assumem também agora um lugar digno na valorização de Portugal, como membro da União Europeia e na sua aliança estratégica com o Novo Mundo.

No plano interno, a nossa democracia funciona e apresenta mesmo, quanto à sua estrutura e regras de funcionamento, sinais de boa saúde. A Constituição tem vindo a ser adaptada, em sucessivas revisões, às realidades

dos novos tempos, caracterizados por uma vertiginosa mutação. Os Órgãos de Soberania, derivados do sufrágio popular, são renovados regularmente, em eleições livres e justas, que nunca sofreram contestação. A regra de ouro da alternância democrática aplica-se no seu devido tempo. E o nosso sistema eleitoral, inventado para que não houvesse mais governos muito fortes, já produziu maiorias absolutas no Parlamento e não está excluído que o mesmo volte a acontecer no futuro.

A organização democrática do Estado estende-se às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e ao Poder Local, nos seus diferentes níveis.

Os problemas colectivos postos hoje perante o Estado são bem diferentes dos de há três décadas atrás.

A sociedade portuguesa evoluiu muito, num sentido ascensional, em termos de nível e de qualidade de vida. O acesso à educação e aos cuidados de saúde generalizou-se. A integração europeia actuou como um poderoso estímulo à modernização das nossas infra-estruturas e dos próprios quadros de referência, individuais e societais.

Entretanto, o mundo mudou também. O conflito leste-oeste chegou ao fim, com o colapso do comunismo e a implosão do império soviético. A divisão da Europa foi eliminada e as jovens democracias do centro e leste optaram livremente por inserir-se na União Europeia e na Aliança Atlântica. A liberalização do comércio internacional planetarizou a economia. Surgiram novas ameaças: o desequilíbrio ecológico, as pandemias mortíferas, a criminalidade organizada, o terrorismo global.

A introdução das novas tecnologias eliminou muitos postos de trabalho. A globalização leva a deslocalizar algumas actividades económicas, agravando o desemprego. As práticas de *dumping* social e ambiental introduzem factores de distorção da competitividade, que jogam no mesmo sentido.

Por outro lado, a mudança de mentalidades fez baixar a natalidade, ao mesmo tempo que a melhoria das condições sanitárias empurrava para cima a esperança de vida. Num quadro de envelhecimento da população a debilitação dos laços familiares não ajuda a solidariedade intergeracional, sobre a qual assenta o sistema vigente de segurança social e até a sobrevivência das nações e da própria espécie humana.

Correspondendo às novas realidades, despontou em Portugal um forte surto de imigração. Ultrapassando tendências ancestrais, o nosso País passou a ser agora foco de esperança e de atracção para cidadãos de variadas origens. Tendo sido, durante séculos, uma comunidade fortemente homogénea, por boas e também por más razões, vemo-nos agora confrontados, como muitos outros países da União Europeia, com sinais de transição para uma sociedade pluri-étnica e multicultural.

Temo que estejamos a exigir demais ao Estado, alienando responsabilidades inerentes à própria noção de cidadania. Alastrou uma certa impressão de que a vida há-de ser fácil e não é assim, nem pode ser. Menos ainda quando a alteração das condições económicas gerais do mundo, corrigindo injustiças anteriores, postula uma redistribuição da riqueza em desfavor das sociedades antes real ou tendencialmente opulentas — ou, pelo menos, de franjas significativas delas, privadas da possibilidade de um salto qualitativo nas suas aptidões.

É que a globalização, tal como uma moeda, tem duas faces diferentes: desestabiliza interesses instalados nos países desenvolvidos; mas por outro lado dá origem a novas oportunidades nos países em desenvolvimento, ainda que impliquem formas pouco subtis de exploração.

Para todos estes novos problemas, com os seus desafios peculiares, o regime democrático tem de ir definindo e executando as soluções adequadas. A vitalidade política das sociedades livres, abertas e plurais, mantém acesa a análise das situações e o confronto de ideias acerca dos caminhos alternativos a percorrer para os enfrentar. Os programas político-partidários estão em reelaboração constante e sobre eles se pronuncia, a seu tempo, nos actos eleitorais, o povo soberano.

Minhas Senhoras e

Meus Senhores:

Sente-se no ar do tempo a injunção para procurarmos, como comunidade nacional, novos caminhos. Caminhos de exigência visando a excelência, desde os bancos das escolas de todos os graus de ensino, até à competitividade das empresas, ao funcionamento de todos os organismos e serviços públicos e das organizações não governamentais.

O pulular de iniciativas de cidadãos e cidadãs tendo em mira uma nova arrancada portuguesa, neste começo de século e de milénio, dá bem a dimensão do desafio e mostra a vitalidade da nossa sociedade plural.

Mas o Estado democrático tem também neste processo responsabilidades próprias e intransmissíveis. É do interesse de todos colaborarmos activamente para a sua credibilização e para a sua eficácia.

Hoje o Estado parece enfraquecido perante o poder das grandes corporações de interesses. Estes não são apenas os económicos, que talvez pesem mais ainda os instalados no próprio aparelho organizacional do mesmo Estado. As reformas: da Justiça, para uma mais pronta resolução dos conflitos privados e um combate mais eficaz à criminalidade; da Educação, para melhor qualificação dos nossos recursos humanos; da Administração Pública, sob a ética da eficiência e do serviço aos cidadãos e às cidadãs — são tarefas sucessivamente adiadas há tempo demais.

Em algumas situações, o Estado surge mesmo reduzido ao conjunto dos órgãos de poder resultantes do sufrágio, alvo das reivindicações e das críticas de toda a gente, de dentro e de fora das estruturas estatais, desarmado e sem meios para a todos atender. Mas o Estado não é apenas o Presidente da República e o Parlamento e o Governo: o Estado somos todos nós, que lhe damos corpo e alma e pagamos as despesas colectivas através dos nossos impostos.

O poder mediático tem exercido nestes domínios um efeito contraditório, reclamando as reformas, por um lado e retardando – as por outro, ao potenciar, objectivamente, todas as movimentações dos interessados em que nada mude, sem no mínimo curar, ao menos assim parece, quanto ao resultado final. Talvez isso decorra da própria natureza e do papel dos *media* numa sociedade livre, como factor de limitação do poder; mas que tem custos de eficácia, lá isso tem.

A actividade política é apresentada menos enquanto realização de um projecto colectivo, surgindo, empobrecida, como luta sem quartel pela conquista e manutenção do poder e pelo derrube de quem, com plena legitimidade democrática, em cada momento o exerce.

A pressão mediática leva o poder político a concentrar-se nas questões destacadas como urgentes, embora às vezes sejam banais; e assim se dificulta uma visão de longo prazo e mesmo até de médio prazo. Os ciclos políticos encurtam-se cada vez mais: — qualquer eleição está transformada num julgamento de política geral e tem reflexos sobre a estabilidade governativa.

Face a um panorama tão fluído e tão cheio de contradições e incertezas, somos convocados para um sobressalto cívico criador, reeditando o entusiasmo da participação democrática que se viveu nos tempos românticos de Abril.

A qualidade da nossa democracia, com efectiva garantia dos direitos dos cidadãos, sobretudo dos mais fracos e desfavorecidos e da realização do bem comum e do interesse nacional, exige um golpe de asa, uma resposta de alto voo dos responsáveis políticos e dos cidadãos e das cidadãs do nosso Estado democrático.

Estas tarefas desafiam todos os portugueses e todas as portuguesas. É nosso dever enfrentá-las, em nome das gerações jovens, pelo futuro de Portugal.